

Modalidade do Resumo: Expandido
Área temática: Política Educacional
Classificação do trabalho: Pós-Graduação

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS RACIAIS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR: COMPARAÇÕES ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS

Natália Jimena da Silva Aguiar¹
Alfredo Macedo Gomes²

Resumo:

Introdução O presente artigo tem como objetivo analisar, baseado numa perspectiva comparada, elementos das políticas de ação afirmativa de viés racial nos Estados Unidos e no Brasil que contribuam para o debate dessas políticas no campo nacional. A educação no Brasil ainda se caracteriza como um espaço onde persistem históricas desigualdades sociais e raciais e este caráter seletivo está especialmente localizado na Educação Superior. Diante deste quadro, ganham destaque as discussões sobre a necessidade de que o Estado estabeleça políticas e práticas específicas de superação desse quadro, com a defesa das chamadas Políticas de Ações Afirmativas (PAASs).

Metodologia: O presente estudo foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica, com destaque para as condições sócio-históricas que nos aproximassem da configuração das políticas afirmativas de viés racial nos dois países. Pino e Lara (2016) apontam que a perspectiva comparada contribui para a melhoria das políticas sociais, identificando os sucessos ou fracasso das políticas pelo mundo e ainda ajudam a melhor compreensão de como funcionam as instituições governamentais e os processos políticos ao enfrentarem problemas concretos de política social.

Resultados e discussões: As políticas de ações afirmativas raciais no ensino superior são medidas que buscam combater as desigualdades raciais no campo educacional. Como bem refletem Calmon e Lazaro (2013), a universidade é o espaço privilegiado e estratégico para a produção de conhecimentos, de novas tecnologias e também de produção e reprodução de poder. O reconhecimento da importância da equidade racial neste nível educacional e a implementação de medidas que busquem a superação das desigualdades pode produzir mudanças positivas para toda sociedade e para a própria universidade, tendo em vista que presença de diferentes grupos representativos ocupando o espaço acadêmico contribuem para uma universidade mais democrática. O Brasil e os Estados Unidos são países marcados pela desigualdade racial e com sistemas da educação superior com diferenças significativas, mas que buscam caminhos para a defesa da justiça social. Diante de avanços e reveses, as políticas de ação afirmativa para o ensino superior permanecem no debate público, problematizando a ordem desigual estabelecida. A partir de um ponto de vista sócio histórico, os dois países têm algumas semelhanças inegáveis: ambos são donos de extensos territórios, originalmente habitados por povos nativos, que foram invadidos e colonizados por europeus com ajuda involuntária de africanos escravizados. Outro traço comum é que em determinados períodos de sua história a exploração da mão de obra Africana era uma das bases de sua economia, e

que teve impactos semelhantes nos modelos de exploração agrícola e nas formas de convivência inter-racial como podemos identificar nas regiões Nordeste do Brasil e no Sul do EUA. Mas apesar dessas semelhanças iniciais, as duas sociedades tiveram uma trajetória bem diferentes a partir da abolição da escravatura norte americana em 1860 (MEDEIROS, 2013). No caso norte-americano, mesmo após a abolição, a realidade de segregação se mantinha apesar dos princípios igualitários da república norte-americana: negros e brancos formavam mundos separados. Seu processo de miscigenação foi diferenciado em relação ao que ocorreu no Brasil, sendo sua porcentagem bem menor se comparada à realidade brasileira, com pouco mais de 10% da população sendo negra e grande parte dela concentrada em áreas pobres das grandes metrópoles. No Brasil, diferente dessa experiência norte-americana, tivemos um "racismo cordial" que encobre uma forte discriminação social. O Brasil é um país com uma sociedade fortemente desigual desde sua origem. São inúmeros os dados que mostram as grandes desvantagens da população negra quando comparada à branca (OLIVEN, 2007). Em termos demográficos no Brasil, somos um país metade negro⁷, metade branco; a história do país é marcada por forte miscigenação, como também por teorias racistas, que se expressaram até numa política de incentivos e preferências para imigrantes europeus na tentativa de dar andamento a política de branqueamento da população. Em contrapartida, o Brasil também foi o último país do Ocidente a abolir a escravidão e nunca desenvolveu uma política de estado para ajudar ou integrar a população negra após a abolição (OLIVEN, 2007). Em ambos os países as reivindicações e mobilizações dos movimentos negros foram fundamentais para as conquistas, inclusive no campo legislativo. No caso do Brasil resultou na adoção de reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, de baixa renda, negros e indígenas pelas universidades públicas federais antes mesmo da legislação ser promulgada. As Políticas de Ações Afirmativas para acesso ao ensino superior são frequentemente vistas como originárias dos Estados Unidos. No entanto, foi na Índia com a Constituição de 1950 que as reservas de vagas do ensino superior para grupos populacionais discriminados foram fundamentadas legalmente de forma pioneira. Outra compreensão errônea, é que se divulga que as cotas no Brasil são copias do sistema de cotas dos Estados Unidos. Trata-se também de equívoco, já que as cotas baseadas em critérios raciais são ilegais nos EUA desde 1978, conforme decisão da Suprema Corte, no caso de Bakke contra a faculdade de medicina da Universidade da Califórnia, em Davis. Os resultados das políticas de ações afirmativas nos dois países parecem ser positivos quando avaliamos a ampliação no número de acessos de estudantes negros nas universidades. No entanto, ainda se constituem como obstáculos a serem enfrentados a questão da permanência e a evasão destes alunos. Apesar das iniciativas de assistência estudantil, as dificuldades financeiras de se manterem na universidade são fatores que impactam na efetividade dessas políticas de acesso. Além dos estudantes negros enfrentarem o desafio dos aspectos financeiros da permanência, outras questões se fazem presentes como as dificuldades de adaptação frente um espaço que é historicamente homogêneo e dominado por um único grupo étnico (CALMON e LAZARO, 2013). Neste sentido, as Instituições do Ensino Superior de maior prestígio nos dois países podem se beneficiar com a maior diversidade do corpo discente, mas também tem pela frente a tarefa de lidar com a

⁷ Neste texto, seguimos a categorização do IBGE, considerando negros, como pretos e pardos.

emergência desse novo perfil de estudante universitário, que chega com necessidades diferentes. No caso do Brasil, muitas vezes esses estudantes pertencem à primeira geração das suas famílias a ingressar no ensino superior, e estão distantes de uma cultura acadêmica. **Conclusão:** O debate sobre as ações afirmativas, principalmente quanto a reserva de vagas nas universidades, embora tenha aspectos bem específicos na realidade brasileira, faz parte de uma outra conjuntura em termos mundiais, que se pauta num discurso mais amplo de inclusão de grupos discriminados, com a defesa dos direitos humanos, e o respeito à diversidade. O presente estudo abordou alguns elementos das políticas afirmativas raciais para o ensino superior, mas se fazem necessários outros estudos que ampliem o debate na produção de conhecimento sobre a temática.

Palavras-chave: Políticas Afirmativas, Ensino Superior, Perspectiva comparada

Agência de fomento: Capes

Referências:

MEDEIROS, Carlos Alberto. Brasil, Estados Unidos e a questão racial: a fertilidade de um campo cheio de armadilhas. In: PAIVA, Angela Randolpho (Org.). Ação Afirmativa em Questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

OLIVEN, Arabela Campos. Ações Afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. Educação. Porto Alegre, Ano xxx, n.1 (61), p.29-51, jan/abr.2007. Disponível em:< <http://revistas eletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/539/375>. Acesso em: 20 de dezembro de 2016.

PINO, E D; LARA, M. J. R. El estudio comparado de las transformaciones del Estado de Bienestar y las políticas sociales: definiciones, metodología, temas de investigación. In: PINO, E. D e LARA, M. J. R.(directoras). Los Estados de Bienestar em la encrucijada: políticas sociales em perspectiva comparada. Madrid: Editorial Tecnos, 2016.